



## *A construção de objetos-de-discurso*

INGEDORE G. VILLAÇA KOCH

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

**RESUMEN.** Este artículo propone una reflexión, a la luz de una concepción sociocognitiva e interaccional del lenguaje, sobre las operaciones de referenciación, vista no como un simple 'etiquetaje' de entidades del mundo extra-mental, sino como una actividad de construcción y reconstrucción de objetos-de-discurso. Establece, de igual manera, una diferenciación entre los procesos de activación/introducción y de reactivación/mantenimiento en foco de objetos anteriormente introducidos, marco dentro del cual se trata de explicar operaciones anafóricas como el encapsulamiento y la rotulación, así como las llamadas anáforas indirectas, las asociativas entre ellas. Los ejemplos fueron obtenidos de un corpus de textos escritos, extraídos de obras literarias, así como de periódicos y revistas de gran circulación (NURC/Brasil).

**PALABRAS CLAVE:** *referenciación; progresión textual; construcción de objetos-de-discurso.*

**RESUMO.** À luz de uma concepção sociocognitiva e interacional de linguagem, este artigo propõe-se refletir sobre as operações de referencição, vista não como simples 'etiquetagem' de entidades do mundo extra-mental, mas como atividade de construção e reconstrução de objetos-de-discurso. Proceder, também, a uma diferenciação entre os processos de ativação/introdução e de reativação/manutenção em foco de objetos anteriormente introduzidos, estabelecendo um quadro dentro do qual se procura dar conta de operações anafóricas como encapsulamento e rotulação, bem como das chamadas anáforas indiretas, inclusive as anáforas associativas. Os exemplos são retirados de um corpus de textos escritos, extraídos de obras literárias e de jornais e revistas de grande circulação (NURC/Brasil).

**PALAVRAS CHAVE:** *referencição; progressão textual; construção de objetos-de-discurso.*

**ABSTRACT.** In the light of a socio-cognitive and interactional conception of language, this article presents a discussion on the process of referentiality, seen not as simple "labelling" of the extra mental world entities but as an activity of construction and reconstruction of the objects of discourse. A distinction is made between the processes of activation/introduction and reactivation/maintenance of focus of the objects previously introduced, providing a framework within which anaphoric operations such as encapsulation and rotulation are explained, as well as the so called indirect anaphoras, including the associative ones. The examples were obtained from a corpus of written texts, from literary works as well as from wide circulation papers and magazines (NURC/Brasil).

**KEY WORDS:** *referentiality, textual progression, construction of objects of discourse.*

## *Introdução*

Dentro do quadro teórico e epistemológico da vertente socio-cognitivo-interacional da lingüística textual, vou discutir o estatuto da referência e dos referentes no texto/discurso.

Gostaria de lembrar que já Coseriu (1977:103) asseverava ser inútil querer interpretar as estruturas lingüísticas sob o ponto de vista das pretensas estruturas "objetivas" da realidade: é preciso, segundo ele, começar por estabelecer que não se trata de estruturas da realidade, mas de estruturas impostas à realidade pela interpretação humana. É também nessa direção que Blikstein (1986) interpreta a famosa afirmação de Saussure (1975:23): "Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto". Argumenta ele que o 'ponto de vista' corresponde à noção de percepção/interpretação, enquanto o 'objeto', assim como a ousia de Platão, deve coincidir com o referente 'fabricado'. E é, segundo o autor, na prática social ou práxis que reside o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai 'fabricar' o referente:

A práxis opera em nosso sistema perceptual, ensinando-nos a 'ver' o mundo com os 'óculos sociais' ou estereótipos e gerando conteúdos visuais, tácteis, olfativos, gustativos na dimensão cinésica e proxêmica (gestos, movimentos, espaços, distâncias, tempo etc.), independentemente da ação e do recorte da linguagem *linear*. (Blikstein, 1986: 68).

Todavia, ressalta Blikstein, o poder da língua, com seu conseqüente 'efeito de linearidade', acaba por embotar toda uma significação não verbal, oculta no processo entre a práxis e o referente, presente na nossa percepção/cognição e da qual não temos consciência. Isto é, a língua, ao atuar sobre a práxis, vai proceder a uma modelização da percepção/cognição:

Estabelece-se uma interação entre língua e práxis, a tal ponto que, quanto mais avançamos no processo de socialização, mais difícil se torna separar a fronteira *entre ambas* (Blikstein:80).

Pois bem: se admitirmos que os referentes são fabricados pela prática social, o que dizer da atividade sócio-cognitivo-discursiva de referenciação? Esta é a principal questão a ser tratada nesta apresentação.

### *Referência e referenciação*

Partirei do pressuposto, já por diversas vezes enunciado, de que a referenciação constitui uma atividade discursiva (cf. Koch, 1998, 2000; Marcuschi e Koch, 1998<sup>a</sup>, Koch e Marcuschi, 1998b; Marcuschi, 1998), pressuposto esse que implica uma visão não-referencial da língua e da linguagem. Tal é a posição defendida por Mondada e Dubois (1995:278 ss), que as leva a postular uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas. Isto é, defende-se a posição de que os objetos de discurso são dinâmicos, ou seja, uma vez introduzidos, podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, construindo-se ou reconstruindo-se, por esta via, os sentidos, no curso da progressão textual.

Também Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995:228) argumentam no mesmo sentido:

De maneira geral, argumentaremos [...] em favor de uma concepção construtivista da referência [...]; assumiremos plenamente o postulado segundo o qual os chamados 'objetos-de-discurso' não preexistem 'naturalmente' à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas devem ser concebidos como produtos –fundamentalmente culturais– desta atividade.

Não concebo, portanto, a referência no sentido que lhe é mais tradicionalmente atribuído, ou seja, de representação extensional de referentes do mundo extra-mental: na verdade, a realidade é construída e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural. Adotando-se tal posição, a referência passa a ser considerada como resultado da atividade que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos uma expressão lingüística ou criamos uma situação discursiva referencial com essa finalidade. Os referentes textuais, portanto, não são objetos-do-mundo, mas sim objetos-de-discurso, como foi postulado em Marcuschi e Koch (1998:5)

Isto não significa negar a existência da realidade extra-mente, nem estabelecer a

subjetividade como parâmetro do real. Nosso cérebro não opera como um sistema fotográfico do mundo, nem como um sistema de espelhamento, ou seja, nossa maneira de ver e dizer o real não coincide com o real. Ele reelabora os dados sensoriais para fins de apreensão e compreensão. E essa reelaboração se dá essencialmente no discurso. Também não se postula uma reelaboração subjetiva, individual: a reelaboração deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e, finalmente, pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua.

Desta forma, em conformidade com Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995:265), defendo que:

- a) a referência diz respeito a operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve; por isso, os referentes não são entidades do mundo, mas sim representações construídas pelo discurso, isto é, 'objetos-de-discurso'.
- b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Isto é, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, "publicamente" alimentada pelo próprio discurso (Apothelóz & Reichler-Béguelin, 1999:368), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, ao menos em parte, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente em se tratando de expressões referenciais<sup>1</sup>.
- c) eventuais modificações, quer físicas, quer de qualquer outro tipo, sofridas «mundanamente» ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o inverso também verdadeiro:

O enunciador, em função de fatores intra- ou extradiscursivos, pode sempre decidir pela homologação ou não, por meio de suas escolhas lexicais, de uma transformação ou mudança de estado constatada ou predicada. Simetricamente, ele pode também alterar a categorização de um objeto independentemente de toda e qualquer transformação asseverada a respeito deste (Apothelóz e Reichler-Béguelin, 1995:266)

- d) o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos, é estratégico, isto é, implica, da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas, conforme as necessidades da interação, dentre os múltiplos meios de expressão que a língua oferece.

Assim, a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não simplesmente em localizar um segmento lingüístico (um "antecedente") ou um objeto específico no mundo, mas sim um objeto, ou mais geralmente, algum tipo de informação anteriormente introduzida na memória discursiva.

Esta posição implica, necessariamente, que a discursivização ou textualização do mundo por via da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informações, mas de (re)construção do próprio real. Ao

usar e manipular uma forma simbólica, manipulamos também a estrutura da realidade de maneira significativa. É precisamente neste ponto que reside a idéia central de substituir a noção de referência pela noção de referenciação, tal como postulam Mondada e Dubois (1995).

Na construção da memória discursiva ou modelo textual, estão envolvidos, enquanto operações básicas, os seguintes princípios de referenciação:

1. ativação: pelo qual um referente textual até então não mencionado é introduzido, passando a preencher um nóculo ("endereço" cognitivo, locação) na rede conceptual do modelo de mundo textual: a expressão linguística que o representa permanece em foco na memória de trabalho, de tal forma que o referente fica saliente no modelo.
2. reativação: um nóculo já introduzido é novamente ativado na memória operacional, por meio de uma forma referencial, de modo que o referente textual permanece saliente (o nóculo continua em foco).
3. de-ativação: ativação de um novo nóculo, deslocando-se a atenção para um outro referente textual e desativando-se, assim, o referente que estava em foco anteriormente. Embora fora de foco, porém, este continua a ter um endereço cognitivo (locação) no modelo textual, podendo a qualquer momento ser reativado, ou seja, permanece no 'horizonte de consciência' dos co-enunciadores.

Pela repetição constante de tais procedimentos, estabiliza-se, por um lado, o modelo textual; por outro lado, porém, ele é continuamente elaborado e modificado por meio de novas referenciações (Schwarz, 2000). Desta maneira, "endereços" ou locações cognitivas já existentes podem ser constantemente modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas categorizações/ou avaliações acerca do referente.

Importante é considerar que o processamento textual se dá numa constante oscilação entre dois movimentos: um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo). Em sentido estrito, pode-se dizer que a progressão textual se dá com base no já dito, no que será dito, mas também no que é sugerido, os quais se codeterminam progressivamente. Desta maneira, muito do que ainda era possível em certo ponto  $x^1$  do texto já não é mais possível num ponto  $x^2$ . Por exemplo, inferências tidas como hipóteses possíveis no ponto  $x^1$  deixam de sê-lo no ponto  $x^2$ , ao passo que outras vão se tornando viáveis, e assim por diante. A progressão textual renova a cada instante as condições da textualização e a conseqüente produção de sentido.

Os dois movimentos acima mencionados são realizados, em parte, por intermédio dois grandes tipos de operação: a sinalização textual e a referenciação.

1. a sinalização textual é responsável pela orientação do ‘olhar’ do interlocutor para determinadas porções do co-texto anterior ou subsequente. Trata-se, pois, de elementos com função eminentemente ostensiva, de apontamento textual, de focalização de segmentos textuais de extensão variada para os quais se deseja chamar a atenção. Realiza-se por meio de expressões como: acima, abaixo, mais adiante, anteriormente, etc.  
Existem, também, casos híbridos, de sinalizadores com função referencial, como ocorre com este... aquele, o primeiro, o segundo, o último etc.. Outros, como no capítulo anterior, os argumentos seguintes, nas próximas linhas etc., possuem ainda função referencial e encapsuladora, como será discutido mais adiante.
2. a referenciação é responsável pela criação ou manutenção de objetos-de-discurso, podendo ser realizada, por ativação, reativação ou desativação. Também aqui, existem casos híbridos em que se tem simultaneamente ostensão e referenciação, que vêm sendo objeto de estudo de Cavalcante (cf., por exemplo, Cavalcante, 2000), o que se poderia denominar referenciação dêitica.

## 2.1 INTRODUÇÃO OU ATIVAÇÃO DE NOVOS REFERENTES NO MODELO TEXTUAL

Valho-me aqui de forma bastante livre dos termos sugeridos por Prince (1981), para propor que tal ativação pode ser ‘ancorada’ e ‘não-ancorada’. A ativação será não-ancorada quando um objeto-de-discurso totalmente novo é introduzido no texto, passando a ter um ‘endereço cognitivo’ na memória do interlocutor. Quando representado por uma expressão nominal, esta vai operar uma categorização do referente.

Tem-se uma ativação ‘ancorada’ nos casos em que se introduz um novo objeto-de-discurso sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de associação com elementos presentes no co-texto ou no contexto socio-cognitivo, passível de ser estabelecida por associação e/ou inferenciação. Incluem-se aqui as chamadas anáforas associativas e as anáforas indiretas de modo geral. Vejam-se os exemplos (1) e (2), respectivamente:

- (1) “Estavam no pátio de uma fazenda sem vida. O curral deserto, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto, a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciava abandono. Certamente o gado se finara e os moradores tinham fugido.” (Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*.)
- (2) Durante debate recente em uma Universidade, nos Estados Unidos, o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque do PT, foi questionado sobre o que pensava da internacionalização da Amazônia. O jovem introduziu sua pergunta dizendo que esperava resposta de um humanista e não de um brasileiro.[...] (O Globo, 23/10/2000)

Em (1), tem-se uma anáfora associativa, já que o curral mantém uma relação de ingrediência (Lesniewski, 1989; Kleiber, 2001) com o SN a fazenda, que lhe serve de 'âncora' (Schwarz, 2000). Já em (2), é 'debate em uma Universidade' que vai ancorar a interpretação de o jovem, embora não se trate aqui de uma relação léxico-estereotípica (condição estabelecida por Kleiber, 1994, 2000, para a existência de uma anáfora associativa), mas de uma relação indireta que se constrói com base em inferências a partir do conhecimento de mundo.

Sugiro, ainda, que se incluam, entre os casos de introdução ancorada de objetos-de-discurso as chamadas nominalizações, tal como definidas por Apothéloz (1995): uma operação discursiva que consiste em referir, por meio de um sintagma nominal, um processo ou estado significado por uma proposição que, anteriormente, não tinha o estatuto de entidade. Assim definida, a nominalização designa um fenômeno geral de transformação de proposições em entidades. Nesta, o processo de inferênciação é distinto daquele mobilizado no caso das anáforas associativas e indiretas.

As nominalizações são consideradas por Francis (1994) como rotulações, resultantes de encapsulamentos operados sobre predicções antecedentes ou subseqüentes, ou seja, sobre processos e seus actantes, os quais passam a ser representados como objetos-acontecimento na memória discursiva dos interlocutores. Por meio do encapsulamento (Conte, 1996), introduz-se um referente novo, subsumindo-se, porém, a informação difusa no co-texto precedente ou subseqüente. Isto é, o processo de encapsulamento e rotulação é responsável pela ativação/introdução no modelo textual de objetos-de-discurso, a partir de conjuntos de informações expressas no co-texto (informações-suporte, segundo Apothéloz & Chanut, 1997), de forma a operar simultaneamente uma mudança de nível e uma condensação (sumarização) da informação. Do ponto de vista da dinâmica discursiva, apresenta-se, pressupondo sua existência, um processo que foi (ou será) predicativamente significado, que acaba de ser (ou vai ser) posto. Os rótulos podem, portanto, ser prospectivos e retrospectivos, como se pode ver em (3) e (4), respectivamente:

- (3) Entre uma reunião e outra com clientes, o analista de sistema paulista Jefferson Midei, 27 anos, costuma correr atrás de uma linha telefônica para conectar seu computador portátil à internet. Seu trabalho de consultoria depende muito dos cerca de mil e-mails que ele recebe diariamente. Há três meses, sua rotina ficou mais fácil. Midei carrega a solução no bolso da camisa: um celular conectado à internet, com o qual consegue ler e-mails, notícias, além de consultar sua agenda eletrônica e os compromissos do dia. (Istoé, 22/11/2000, n. 1625)
- (4) Ontem o secretário de Estado de Bush, Colin Powell, e outros assessores menores foram à mídia dizer que Sharon havia entendido o

recado de Bush. As tropas de Sharon deveriam parar “já”. Isto é, assim que fosse possível, pois exércitos não se retiram de uma hora para outra, Bush “não pode dar ordens” a outro chefe de Estado etc. Enfim, a pantomima toda era para mitigar a impressão geral de cumplicidade de Bush no caso. (Vinícius Torres Freire, FSP, 8/4/2002, A2)

A rotulação encerra, na maioria dos casos, força argumentativa, isto é, os rótulos mobilizados para construir o objeto-de-discurso têm o poder de orientar o interlocutor no sentido de determinadas conclusões, como fica patente nos exemplos (5) - (7):

(5) A tragédia da morte de Celso Daniel – paradigma de homem cidadão e político suscita de novo a velha e inútil vocalização dos governantes: plano nacional contra a violência, lei de recompensa, contratação de civis para trabalhar na Polícia Militar etc.

Como peça de resistência nessa ladainha requeitada de banalidades que ouvimos todas as vezes que um fato trágico como esse se repete, ressurge a grande panacéia desse discurso político do crime: aumento das penas, prisão perpétua e pena de morte. [...]

De nada nos adiantam essas proclamações indignadas e essas propostas de aumento de pena, que acabariam, isso sim, por distorcer o nosso sistema penal. Não queremos uma legislação de pânico. Esperamos por ações que substituam essas tristes e repetitivas exortações vazias. A sociedade precisa se mobilizar em torno dos objetivos corretos. Vamos aproveitar essa maré de indignação e horror para exigir dos governos, em todas as esferas, medidas e providências concretas. (Márcio Thomaz Bastos. Somos todos assassinos. FSP, 22/01/2002)

(6) Como o Exército israelense é conhecido por seu profissionalismo, faz mais sentido acreditar que eles entraram em Jenin com a missão de deixar a terra arrasada. Não só prender terroristas, mas dar uma lição nos palestinos, mostrar com quem está a força. Vingam os israelenses mortos pelos homens-bomba.

Há quem considere justo esse olho por olho, dente por dente. Mas essas mesmas pessoas devem admitir que as práticas do Exército israelense se igualam às dos próprios homens-bomba, práticas essas que Sharon diz combater. (Gabriela Wolthers. Discurso em ruínas. FSP, 19/04/2002)

(7) É desmoralizante para o STF que um de seus ministros, Nelson Jobim, seja comumente chamado de «líder do governo no STF». A ironia é mais ampla do que sugere o desempenho abertamente governista de Jobim: implica a sugestão de uma bancada de fiéis ao governo, sem a qual não caberia ao ex-ministro do atual governo o apelido de líder. (Jânio de Freitas. A lei da política. Folha de São Paulo, 19/04/2002)



Observe-se que (5) e (6), bem como (9), mais abaixo, exemplificam os casos em que existe referenciação mais ostensão, a que estou denominando referenciação dêitica.

Trata-se de formas híbridas, que cumulam a força dêitica do demonstrativo – que vai dirigir o olhar do interlocutor, focalizando-o numa porção anterior ou subsequente do texto ou em algo que se pressupõe estar presente na memória discursiva – e o valor referencial do núcleo nominal, ao estabelecer correferência, ou ao proceder ao encapsulamento/rotulação ou recategorização de elementos já introduzidos no modelo textual.

## 2.2 REATIVAÇÃO OU MANUTENÇÃO NO MODELO TEXTUAL

A reativação é a operação que conduz à manutenção em foco, no modelo de discurso, de objetos previamente introduzidos, dando origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial do texto. Pelo fato de o objeto encontrar-se ativado no modelo textual, pode realizar-se por meio de recursos de ordem gramatical (pronomes, elipses, numerais, advérbios locativos etc), mas também por intermédio de recursos de ordem lexical (reiteração de itens lexicais, sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, expressões nominais etc.). O emprego de formas nominais anafóricas opera, em geral, a recategorização dos objetos-de-discurso, isto é, tais objetos vão ser (re)construídos de determinada forma, de acordo com o projeto de dizer do enunciador:

(8) “Hoje, Laerte desperta ódio e perplexidade. Friamente, confessou 11 assassinatos de crianças, entre quatro e dez anos. Duas outras mortes foram confessadas informalmente à polícia, até quinta-feira, 27. O Monstro de Rio Claro, como passou a ser conhecido, gostava de registrar num caderno o dia e a cidade onde passava [...]. O andarilho da morte fez questão de dizer que tem profissão: é engraxador de portas de estabelecimentos [...]”. (Isto é, 02/02/2000)

(9) As favelas cariocas são mais antigas que as da periferia de São Paulo. No Rio, os moradores são mais organizados e o tráfico precisa desse apoio, diz. Vem daí a política assistencialista do tráfico no Rio.

Para conquistar esse apoio os traficantes passaram a controlar as associações de moradores. [...]

Em São Paulo, esse tipo de convivência entre o tráfico e os moradores ocorre com mais frequência em favelas antigas.» (Folha de São Paulo, 26/11/2000)

Verifica-se, pois, que é na referenciação por meio de formas nominais que a construção/reconstrução/recategorização de objetos-de-discurso se realiza em sua plenitude. Para mais uma vez corroborar essa afirmação, observe-se como se efetiva a progressão referencial por meio de formas referenciais nominais (definidas e demonstrativas) no excerto abaixo:

Verifica-se, pois, que é na referenciação por meio de formas nominais que a construção/reconstrução/recategorização de objetos-de-discurso se realiza em sua plenitude. Para mais uma vez corroborar essa afirmação,

- (10) Cientistas da Universidade de Massachussets sequenciaram o genoma de um microrganismo que pode sobreviver em condições dez vezes mais salgadas do que a água do mar. Os dados genéticos deverão esclarecer como esse organismo -Halobacterium- vive em ambientes extremos, como minas de sal ou lagos salgados. A idéia dos pesquisadores é utilizar essas informações para o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, como planta de arroz que possam crescer em solos salinos. Os dados também servirão para investigar se Marte pode já ter abrigado formas similares de vida.

O estudo foi publicado na edição desta semana da «Proceedings of the National Academy of Sciences» («Grupo decifra DNA de bactéria que gosta de sal», FSP 4/10/2000).

Cabe, ainda, chamar a atenção para o fato de que a progressão e, portanto, a reativação de referentes textuais pode realizar-se, também, por meio de formas nominais indefinidas, fato em geral pouco discutido nos trabalhos voltados para essa questão:

- (11) “Leio no jornal a notícia que um homem morreu de fome [...]

Um homem morre em plena rua, entre centenas de passantes. Um homem caído na rua. Um bêbado. Um vagabundo. Um mendigo, um anormal, um tarado, um pária, um marginal, um proscrito, um bicho, uma coisa - não é um homem. E outros homens cumprem o seu destino de passantes, que é o de passar. [...]” (Sabino, F., *A mulher do vizinho*, 8ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1962).

Atente-se, aqui, para o modo como as expressões que referenciam o protagonista vão reconstruindo – polifonicamente – o objeto-de-discurso, numa operação dupla de referenciação e progressão temática.

Poder-se-ia postular, também, que se trata aqui de predicação e não de referenciação. Não me parece, contudo, que seja essa a melhor solução. Em primeiro lugar, porque, ao optar pelo uso de frases nominais, o enunciador não quis apenas atribuir predicções, mas sim construir seus objetos-de-discurso.

### 2.3 DE-ATIVAÇÃO

Ocorre a de-ativação de um referente textual quando um novo objeto-de-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado do foco, contudo, permanece em estado de semi-ativação ('stand by'), podendo voltar à posição focal a qualquer momento, ou seja, ele continua disponível para utilização imediata na memória de trabalho dos interlocutores. Todavia, muitos problemas de ambigüidade referencial

são devidos a instruções pouco claras sobre com qual dos objetos-de-discurso nela presentes a relação referencial deve ser estabelecida.

### 3. A SELEÇÃO DO NÚCLEO DAS EXPRESSÕES NOMINAIS REFERENCIAIS

Ressalte-se, também, que a construção/reconstrução de objetos-de-discurso por meio de expressões nominais põe em ação operações de seleção lexical de grande relevância para a construção textual do sentido. Assim, o núcleo da expressão nominal pode, por exemplo, construir ou reconstruir o objeto metafórica ou metonimicamente, como se pode ver em (12-13) e (14), respectivamente:

(12) Há que se perguntar em que planeta vive o tucanato. Esse clã alienígena acha que as obviedades que o relator especial da ONU, sr. Jean Ziegler, 'constatou não são construtivas'. (FSP, 21/03/2002 A-3)

(13) Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve um arsenal inteiro de crendices, que a mãe lhe inculciu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda essa vegetação parasita, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinamentos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. [...] (Machado de Assis, *A Cartomante*)

(14) Estávamos todos, aqui da vizinhança, acostumados a vê-lo, parado em frente à casa dos gatos.

Eu o conhecia havia quatro anos.

Quieto, acabrunhado, um farol arrebatado, a pintura que foi gelo adquirindo cor macilenta.

Estilhaços de ferrugem. Os pneus duraram algum tempo, murcharam, carecas.

Os cromados cheios de pontos negros.

Mas os vidros misteriosamente intactos.

O Fusquinha acabou uma espécie de mascote. [...]” (Brandão, *Ignácio de Loyola*, *Agora há um vazio na rua*, FSP)

Mais uma peculiaridade é que, por intermédio da seleção do núcleo das expressões nominais, torna-se possível introduzir, no texto, o que Apothéloz (1995) denomina “objetos clandestinos”, ou seja, apresentar – metaenunciativamente – não uma recategorização do conteúdo da predicação precedente, mas a categorização do próprio ato de enunciação realizado (exemplos 15 -17):

(15) “[...] De que adianta reclamar da má distribuição de renda se os brasileiros não têm educação e saúde de qualidade, trabalho condigno e renda suficiente para fazer crescer suas famílias?

Não é possível continuar com essa retórica falsa e maldosa. Isso afronta a razão humana e submete o povo ao sofrimento e a indignação. (FSP, 19/11/2000)

- (16) “O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil.” A bronca não é de nenhum popstar ou dinossauro do rock que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavallera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly (FSP, Folhateen, 26/03/01, p. 5)
- (17) Entrevista do presidente do TSE Nelson Jobim  
 Folha – Houve uma leitura no meio político de que o TSE tomou a decisão [verticalização das coligações] por causa da amizade entre sr. e Serra. A verticalização beneficiaria a pré-candidatura dele?  
 Jobim – Em primeiro lugar, a decisão não foi monocrática [individual]. Foi tomada por 5 a 2. Esse pressuposto é equivocado. Por outro lado essa afirmação não verdadeira parte também desse paradigma político-eleitoral. Ela parte da idéia de que, como beneficia alguém, foi tomada com esse objetivo. Isso não tem sentido. (Entrevista concedida pelo Presidente do TSE à FSP, publicada em 27/04/2002, A-6)

### *Considerações finais*

Tudo o que foi aqui discutido permite comprovar a tese de que os chamados ‘referentes’ são, na verdade, objetos-de-discurso. Os objetos-de-discurso são altamente dinâmicos, ou seja, uma vez ativados, vão sendo transformados, desativados, reativados, rotulados, recategorizados no curso da progressão textual. Confirma-se, assim, a postulação de Mondada (1994:64), que registro à guisa de conclusão:

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente.

### NOTAS

1. Tal representação - a *memória discursiva* (Berrendonner e Reichler-Béguelin, 1989), tem recebido os mais variados nomes na literatura, como, por exemplo, *esquematisação* (Grize, 1982), *modelo de contexto* (Bosh, 1983; van Dijk, 1994, 1997), *modelo de discurso* (Cornish, 1987), *filio* ou *corrente do discurso* (Givón, 1983), *modelo mental* (Johnson-Laird, 1980; Garnham e Oakhill, 1990), *representação do discurso* (Brown e Yule, 1983), *representação ou modelo textual* (Van Dijk, 1989, 1997; Schwarz, 2000), entre outras.

## FONTES DE REFERÊNCIA

- APOTHÉLOZ, D. (1995). Nominalisations, referents clandestins et anaphors atypiques. En Berrendonner, A. e Reichler-Beguelin M.J. (Eds.), *Du syntagme nominal aux objets-de-discours* (pp. 143-173). Neuchâtel: Université de Neuchâtel.
- APOTHÉLOZ, D. e REICHLER-BEGUELIN M. J. (1995). Construction de la référence et stratégies de désignation. En Berrendonner, A. e Reichler-Beguelin M.J. (Eds.), *Du syntagme nominal aux objets-de-discours* (pp. 227-271). Neuchâtel: Université de Neuchâtel .
- APOTHÉLOZ, D. e CHANET, C. (1997). Défini et démonstratif dans les nominalisations. En De Mulder, W. e Veters, C. (Eds.), *Relations anaphoriques et (in)cohérence* (pp.159-186). Amsterdam: Rodopi.
- BERRENDONNER, A. e REICHLER-BEGUELIN M.J. (Eds.). (1995). *Du syntagme nominal aux objets-de-discours*. Neuchâtel: Université de Neuchâtel.
- BERRENDONNER, A. e REICHLER-BEGUELIN, M.J. (1989). Décalages: les niveaux de l'analyse linguistique. *Langue Française* 120: 5 - 20.
- BLIKSTEIN, I. (1985). *Kaspar Hauser ou A Fabricação da Realidade*. São Paulo: Cultrix.
- BOSCH, P. (1983). *Agreement and Anaphora: A study of the role of pronouns in syntax and discourse*. Londres: Academic Press.
- BROWN, G. y YULE, G. (1983). *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAVALCANTE, M. M. (2000). *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Tese de doutorado. Universidade Federal de Pernambuco.
- CONTE, E. (1996). Anaphoric encapsulation. *Belgian Journal of Linguistics: Coherence and anaphora* 10: 1-10.
- CORNISH, F. (1987). Anaphoric pronouns: Under linguistic control or signaling particular discourse representations? *Journal of Semantics* 5: 233-260.
- COSERIU, E. (1977). *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos.
- FRANCIS, G. (1994). Labelling discourse: an aspect of nominal-group lexical cohesion. En COULTHARD, M. (Ed.), *Advances in written text analysis* (pp.83-101). Londres: Routledge.
- GARNHAM, A. e OAKHILL, J. (1990). Discourse processing and text comprehension from A mental models perspective. *Language and Cognitive Processes* 7: 193-204.
- GIVÓN, T. (1983). Topic continuity in discourse: An introduction. En GIVÓN, T. (Ed.), *Topic continuity in discourse: A quantitative cross-language study* (pp.1-42). Amsterdam: Benjamins.
- GRIZE, J. B. (1982). *De la logique à l'argumentation*. Genebra: Droz.
- JOHNSON-LAIRD, P. N. (1983). *Mental Models*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KLEIBER, G. (2001). *L'anaphore associative*. Paris: Presses Universitaires de France.
- KOCH, I. G. V. (1999). Expressões referenciais definidas e sua função textual. En DUARTE, L. P. (org.), *Para sempre em mim: homenagem a Ângela Vaz Leão*. Belo (138-150). Horizonte: CESPUC.
- KOCH, I. G. V. (1999) Referenciação: Construção discursiva. Ensaio apresentado por ocasião do concurso para Professor Titular em Análise do Discurso do IEL/UNICAMP, dez. 1999.
- KOCH, I. G.V. (2002). *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez.

- KOCH, I. G.V. (2001). A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 41: 75-90, IEL-Unicamp.
- KOCH, I. G.V. e MARCUSCHI, L. A. (1998). Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.* 14: 169-190 (número especial).
- LESNIEWSKI, S. (1989). *Sur les fondements de la mathématique*. Fragments. Trad. de G. Kallinowski. Paris: Hèrmes.
- MARCUSCHI, L.A (2000). *O barco textual e suas âncoras*. (mimeo).
- MARCUSCHI, L. A. e I. G. V. KOCH (1998). Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. En ABAURRE, M.B. (org.), *Gramática do Português Falado*, vol. VIII, Campinas, Edunicamp/Fapesp, no prelo.
- MONDADA, L. (1994). *Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir: approche linguistique de la construction des objets du discours*. Lausanne: de Lausanne.
- MONDADA, L. e DUBOIS, D. (1995). Construction des objets du discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation. En BERRENDONNER, A. e REICHLER-BÉGUELIN, M.J. (Eds.), *Du syntagme nominal aux objets-de-discours* (273-305). Neuchâtel: Université de Neuchâtel.
- PRINCE, E. E.(1981). *Toward a taxonomy of given-new information*. En COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press.
- SAUSSURE, F. de (1916). *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot. (ed bras.1975).
- SCHWARZ, M. (2000). *Indirekte Anaphern in Texten*. Tübingen: Niemeyer.
- VAN DIJK, T.A. (1989). Modelos na memória - o papel das representações da situação no processamento do discurso. En *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 1992. (trad. e org. Ingedore Koch).
- VAN DIJK, T.A. (1997). Cognitive context models and discourse. En OOSTENDORP, H. van e S. GOLDMAN (Eds.), *The construction of mental models during reading*. Hillsdale, N.J.: Erlbaum, 1998.



INGEDORE GRUNFELD VILLAÇA KOCH, bacharel em Direito pela USP e formada em Letras – Português/Literatura, é Mestre e Doutora em Língua Portuguesa pela PUC-SP e Livre-docente na área de Análise do Discurso pela UNICAMP. Foi professora-titular do Departamento de Português da PUC-SP, onde atuou nos cursos de Língua e Literatura Portuguesa, Língua e Literatura Inglesa, Secretariado Executivo Bilíngüe e Jornalismo. É hoje professora-titular do Departamento de Lingüística do IEL – UNICAMP, onde implantou a área de Lingüística Textual. É autora das seguintes obras: *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia e Lingüística Aplicada ao Português: Sintaxe*, em coautoria com M. Cecília Pérez de Souza e Silva; *Lingüística Textual: Introdução*, em coautoria com Leonor L. Fávero; *Argumentação e Linguagem*; *Texto e Coerência*, em coautoria com Luiz Carlos Travaglia; *Desvendando os Segredos do Texto*, todos publicados pela Cortez Editora; e *A Coesão Textual; A Inter-ação pela Linguagem; A Coerência Textual* (em coautoria com Luiz Carlos Travaglia); *O Texto e a Construção dos Sentidos*, editados pela Editora Contexto; *Gramática da Língua Portuguesa*, em coautoria com Mário Vilela (Ed. Almedina, Coimbra); além de diversos capítulos em coletâneas e artigos em revistas nacionais e internacionais.  
Correo electrónico: inge@iel.unicamp.br